



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/12/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2 - 3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DESEMBARGADORES.....	4 - 5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. EXECUÇÃO PENAL.....	6 - 7
3.2. VARA DA MULHER.....	8 - 9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. COMARCAS.....	10 - 13
4.2. VARA DA MULHER.....	14
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DESEMBARGADORES.....	15
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. DESEMBARGADORES.....	16
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	17
7.2. DECISÕES.....	18
7.3. DESEMBARGADORES.....	19
7.4. PRESIDÊNCIA.....	20 - 21
7.5. SELETIVOS.....	22 - 23
7.6. TURMAS RECURSAIS.....	24
7.7. VARA DA MULHER.....	25
7.8. VARAS CRIMINAIS.....	26

TJMA e Secretaria de Reforma do Judiciário podem firmar parcerias

O desembargador Antonio Bayma Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e o secretário Nacional de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, conversaram na última sexta-feira (30), em Recife, sobre assuntos de interesse da Justiça estadual, durante o 94º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. O entendimento abre possibilidade a futuras parcerias e convênios entre o TJMA e o órgão do Ministério da Justiça.

Bayma Araújo foi à capital pernambucana a convite do presidente do tribunal maranhense, desembargador Antonio Guer-

reiro Júnior, a quem representou no encontro.

O secretário informou haver hoje 90 milhões de processos em tramitação no país. Ele defende que deva ir ao Judiciário apenas o que é do Judiciário, prega mudanças na cultura de excesso de litígios e anuncia para o dia 12 deste mês a instalação da Escola Nacional de Mediação e Conciliação. A escola vai oferecer cursos presenciais e à distância a público estimado em 30 mil pessoas.

Flávio Caetano anunciou a abertura de linha de financiamento do BNDES para atender os tribunais estaduais. Com

montante estimado entre R\$ 1,5 e R\$ 2 bilhões, os recursos serão aplicados no processo eletrônico em comarcas, núcleos de mediação e conciliação (o Maranhão possui seis, quatro deles em São Luís) e instalação de varas especiais.

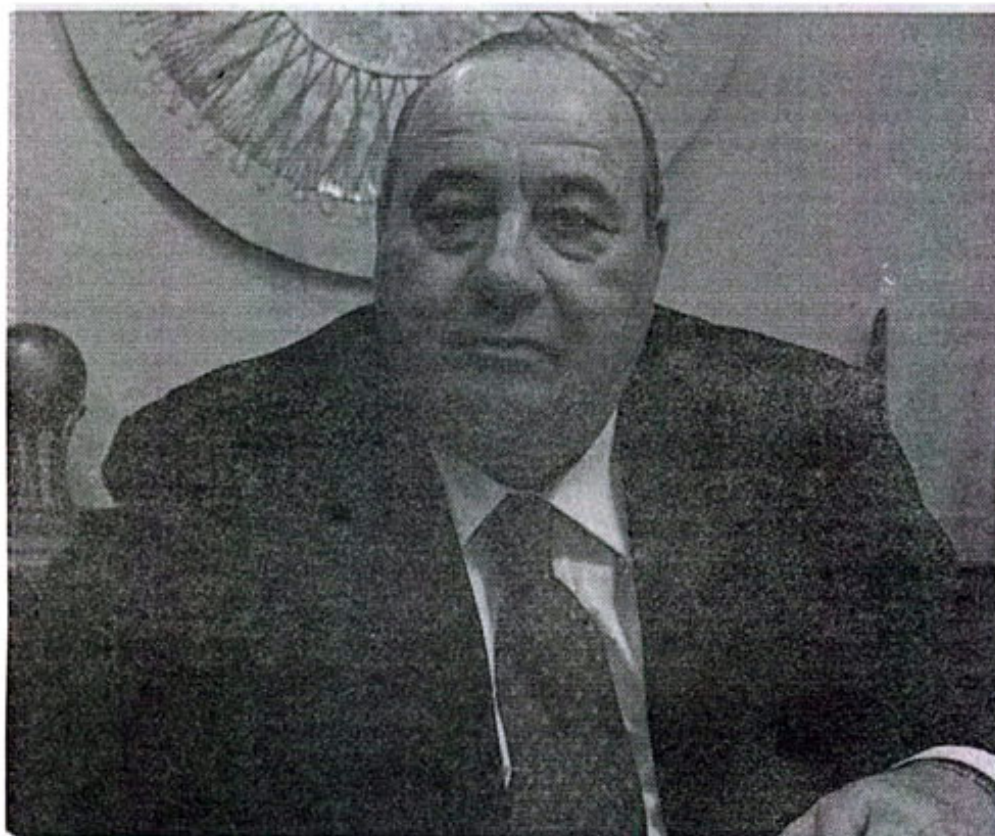
O corregedor Nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, levou a Recife números de pesquisa recente da FGV sobre a atuação do Judiciário nacional: segundo o levantamento, o brasileiro deposita 42% de confiança na Justiça, enquanto 91% dos entrevistados consideram o Judiciário moroso. Falcão revelou crescimento e preocupação

com a litigiosidade e a taxa de congestionamento de processos no país, e defendeu o afastamento dos maus magistrados.

Ao contrário da tendência nacional, o Judiciário do Maranhão colecionou bons resultados este ano. Em razão da baixa taxa de congestionamento de processos - um dos quatro indicadores positivos verificados pelo CNJ -, o TJMA foi o quarto do país, e o primeiro do Nordeste, com melhor desempenho. Quesitos e avaliações aparecem em destaque no "Justiça em Números 2012", do Conselho Nacional de Justiça, lançado em novembro.

Pág. 2

Guerreiro Júnior pede defensores públicos para as comarcas



➡ Guerreiro Júnior diz que ausência de defensores causa dificuldades aos juízes

Guerreiro Júnior pede defensores públicos para as comarcas

Guerreiro Júnior diz que ausência de defensores causa dificuldades aos juizes



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, encaminhou ofício à governadora Roseana Sarney solicitando o provimento dos cargos de defensor público, para facilitar o acesso da população aos serviços judiciários.

Na mensagem, o presidente do TJMA justifica que os magistrados têm encontrado dificuldades na prestação da Justiça, em razão da ausência de defensores públicos nas comarcas.

O desembargador encaminhou à governadora cópia de ofício no qual o defensor público-geral do Estado, Aldy Mello de Araújo, constata a impossibilidade de designar um defensor público para atuar junto ao Juizado Cível e Criminal da comarca de Timon, em resposta ao pedido do juiz, Rogério Montelles da Costa, datado de 11 de outubro deste ano.

No documento, o defensor público-geral considera "legítimo" o pedido do juiz de Timon e informa que recebe dezenas de solicitações diárias de magistrados de todo o interior do Estado, com o

mesmo pleito. Ele pediu ao Poder Judiciário apoio institucional junto ao Executivo e ao Legislativo estaduais, no sentido de serem providos novos cargos de defensores públicos para o Estado do Maranhão.

"O pleito se justifica diante das graves desigualdades sociais existentes no Maranhão, potencializados pelas dificuldades que o cidadão comum, em situação de vulnerabilidade econômica e social, tem enfrentado para submeter suas demandas de interesse à apreciação judicial, pela insuficiência financeira para arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios", afirma Mello no documento.

O chefe da DPE considerou, ainda, a importância da instituição como instrumento garantidor de direitos e as graves consequências da falta de uma Defensoria Pública estruturada para a entrega da prestação jurisdicional, reafirmando a necessidade do apoio do Poder Judiciário à expansão das atividades desenvolvidas pela Defensoria em São Luís.

Castelo destaca parcerias com a presidenta Dilma em São Luís

O prefeito de São Luís, João Castelo, participou, ontem (3), da programação oficial da visita da presidenta da República, Dilma Rousseff, à capital maranhense. Esteve presente na inauguração do Berço 100 do Porto do Itaqui, evento onde foi saudado pela presidenta em discurso oficial, e na entrega das medalhas Manoel Bequimão e Ordem dos Timbiras, no Palácio dos Leões.

PÁGINA 4

**A presidenta Dilma
cumprimenta o prefeito
João Castelo durante
solenidade no Porto do Itaqui**



Castelo destaca parcerias com a presidenta Dilma em São Luís

O prefeito de São Luís, João Castelo, participou, ontem (3), da programação oficial da visita da presidenta da República, Dilma Rousseff, à capital maranhense. Esteve presente na inauguração do Berço 100 do Porto do Itaqui, evento onde foi saudado pela presidenta em discurso oficial, e na entrega das medalhas Manoel Bequimão e Ordem dos Timbiras, no Palácio dos Leões.

"Esta visita tem um significado especial para a nossa cidade, porque a presidenta Dilma tem feito um inegável trabalho em favor do Maranhão, e especialmente em favor de São Luís. Como prefeito, tenho manifestado a satisfação de obter dela o apoio aos nossos projetos, numa parceria efetiva em favor da nossa população", destacou João Castelo.

O prefeito acrescentou que tem um apreço especial pelo trabalho da presidenta da República, que governa



A presidenta Dilma cumprimenta o prefeito João Castelo durante solenidade no Porto do Itaqui

com 'espírito federativo'. "Ela trabalha pelo país como uma Federação; ou seja, ela não se pauta por interesses político-partidários; ela vê primeiros os interesses da população", ressaltou.

OBRAS NO PORTO DO ITAQUI - Castelo frisou que Dilma pôde verificar, no Porto do Itaqui, trabalhos que ele realizou na condição de presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap).

"Fui dirigente da Emap e lá iniciei diversos projetos que agora estão sendo amadurecidos com obras efetivamente realizadas. E como prefeito desta cidade, temos tido a chance de contar com a parceria indispensável do Governo Federal", assinalou o prefeito.

O prefeito acompanhou a presidenta Dilma e a governadora Roseana Sarney na visita ao Porto do Itaqui. Também fizeram parte da comiti-

va presidencial a ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Helena Chagas; o ministro-chefe da Secretaria de Portos (SEP), Leônidas Cristino, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general de Exército José Elito Carvalho Siqueira.

Também participaram da programação oficial da visita da presidente Dilma o presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, o ministro do Turismo, Gastão Vieira; o vice-governador Washington Luiz Oliveira, os senadores João Alberto e Edison Lobão Filho; o arcebispo de São Luís, Dom José Belisário da Silva, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Edmar Cutrim, além de diversos deputados federais e estaduais, prefeitos do interior do Estado e diversos vereadores.

Convênio garante certidões de nascimento para detentos



Campeão maranhense, campeão brasileiro e agora campeão da Copa União. No melhor ano em seus 89 anos de história, o Sampaio Corrêa faturou o seu terceiro título em 2012 no último domingo (2), ao vencer o rival Maranhão Atlético por 1 a 0, conquistando assim a inédita Tríplice Coroa do futebol maranhense.

08

POLÍCIA

PODER JUDICIÁRIO

Convênio garante certidões de nascimento para detentos

O Poder Judiciário vai garantir a emissão de certidões de nascimento para 104 detentos das unidades prisionais de São Luís com convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

O documento será emitido pelo Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERJ) após levantamento nas unidades prisionais. De acordo com o juiz da 2ª Vara de Execução Penal de São Luís (VEP), Douglas Melo Martins, atualmente na coordenação do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA (GMF), as certidões serão emitidas também nos municípios do interior a partir de 2013.

"Vale registrar esforço dos órgãos parceiros nessa iniciativa. Sem o registro de nascimento as pessoas não conseguem ter acesso aos seus outros direitos e a facilidade de retirada de outros documentos necessários", ressalta o magistrado. Em levantamento feito pela Sejap entregue ao GMF apontou a necessidade de emissão de 232 re-

gistros de identidade, 266 carteiras de trabalho e 77 alistamentos militares.

"Esta é uma necessidade que será atendida por meio das parcerias que estão sendo feitas com os órgãos responsáveis por esse tipo de documentação", adiantou Martins.

PARCERIA - A parceria do GMF com a SEJAP já permitiu a emissão de 30 registros de nascimentos para detentos. A entrega ocorreu no dia 21 deste mês, durante a "Semana da Documentação", que contou com o apoio da Receita Federal e da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEM-CAS), dentre outras instituições.

O presidiário Reginaldo Pereira, 36 anos, natural do município de Dom Pedro, foi um dos contemplados com o documento. "Agora posso ter o medicamento o qual espero há bastante tempo, antes não estava conseguindo nem me consultar. Vou poder tirar outros documentos. Vi que sem documentos não somos ninguém", apontou Pereira na ocasião.



Douglas Martins ressaltou a importância da iniciativa.

Juiz maranhense participa de Fórum Nacional de combate à violência doméstica

O juiz Nelson Melo de Moraes Rego foi eleito durante o IV Fonavid, realizado em Porto Velho-Ro, o representante do fórum para a região Nordeste. O Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica aconteceu no período de 7 a 9 de novembro e teve como tema "Lei Maria da Penha - Reflexões em Busca de Soluções". **PAG.02**

COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Juiz maranhense participa de Fórum Nacional



Juiz Nelson Melo de Moraes Rego representa o MA no encontro

O juiz Nelson Melo de Moraes Rego foi eleito durante o IV Fonavid, realizado em Porto Velho-Ro, o representante do fórum para a região Nordeste. O Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica aconteceu no período de 7 a 9 de novembro, e teve como tema "Lei Maria da Penha - Reflexões em Busca de Soluções". Nelson Moraes Rego é titular da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, da capital. A juíza da Vara da Mulher de Imperatriz, Sara

Fernanda Gama, também esteve no encontro.

O juiz maranhense, que coordenou um grupo de trabalho com a temática "Reeducação do Agressor Como Prática de Enfretamento Doméstico e Familiar Contra a Mulher" e ainda "A Quebra do Ciclo da Violência", demonstrou muita satisfação com a indicação.

"Fico muito feliz em ser o representante deste fórum aqui para o Nordeste. Defendo sempre o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher ressaltando que, tão

importante quanto a pena imposta ao agressor, é o trabalho de recuperá-lo, para que ele não volte a cometer quaisquer violência contra a mulher", ressaltou.

Ressalta-se a aprovação do enunciado sobre a "responsabilização e re-educação do agressor", coordenado pelo Juiz Nelson Moraes Rego bem como a aprovação de duas recomendações para que os juizados/varas especializados (as) tenham à disposição programas de responsabilização e reeducação do agressor e que estas unidades judiciárias contem com a criação de Centros de Reeducação e Res-socialização do Agressor.

Vale destacar, também, a aprovação pela assembleia do IV FONAVID da proposta do juiz Nelson Moraes Rego no sentido de que a Diretoria do FONAVID encaminhe expediente à Secretaria Nacional de Combate a Drogas e ao Ministério da Justiça no sentido de implementar políticas eficazes no enfrentamento às Substâncias Entorpecentes, considerando-se que, no âmbito das unidades judiciárias especializadas, tem se verificado um incremento da violência doméstica e familiar.

Nesta edição do Fórum, foram debatidos os seguintes

temas: "Políticas Públicas - Mecanismos para Defesa e Reconstrução, Alcool e Drogas como fatores potencializadores da violência"; "a Violência contra a Mulher, suas origens e aspectos estruturantes" e "a Lei Maria da Penha e a Perspectiva do Novo Código Penal". Também houve a apresentação de boas práticas de vários estados, a exemplo do programa "Além dos Limites Processuais", de resgate da dignidade da pessoa humana, apresentado pela juíza Sara Fernanda Gama, da Vara da Mulher de Imperatriz. Sara Gama é, inclusive, a substituta do juiz Nelson Moraes Rego como representante do FONAVID para o Nordeste.

Sobre o FONAVID - Criado em março de 2009, o Fórum congrega magistrados de todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal envolvidos com a temática de violência de gênero. Tem o objetivo de discutir as questões relacionadas à aplicabilidade da Lei Maria da Penha, buscando o compartilhamento de posicionamentos e experiências e a compreensão, com profundidade, dos aspectos jurídicos da legislação e também dos contornos que envolvem outras disciplinas relacionadas.

TCI terá de cumprir procedimentos para melhorar sistema de ônibus

O documento de duas páginas assinado pelo juiz Marlon Reis e pelo promotor de Justiça Tarcísio José Bonfim, ambos da Comarca de João Lisboa, lista 12 reivindicações a serem atendidas pela empresa de ônibus, entre elas rota definida e veículos novos

IMPERATRIZ - As constantes denúncias de usuários de transporte coletivo intermunicipal levaram o Ministério Público Estadual (MP) e o Poder Judiciário a ratificarem um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a empresa Transporte Coletivo Imperial Ltda (TCI), que explora a linha Imperatriz a João Lisboa.

No documento, a empresa se compromete a atender 12 itens em um prazo de até 30 dias sob pena de multas que, se somadas, chegam a mais de R\$ 27 mil.

Em um dos itens, a empresa se compromete em contratar trocadores para acabar com a figura do motorista que atua ao mesmo tempo como cobrador na linha intermunicipal.

O documento de duas páginas assinado pelo promotor de Justiça Tarcísio José Bonfim e o juiz Marlon Jacinto Reis, ambos da Comarca de João Lisboa, lista 12 reivindicações a serem atendidas.

No primeiro deles, a empresa de ônibus se compromete de forma irrestrita a atender todos os idosos que solicitarem o uso do transporte desde que essas pessoas apresentem documentos de identificação como a carteira de trabalho, certificado de reservista, carteira de motoris-

ta e a carteira de idoso.

O prazo para cumprimento foi de 10 dias e a multa por descumprimento é no valor de R\$ 100,00. A empresa também está obrigada a disponibilizar ônibus dotados de elevador em rota diária para atender portadores de necessidades especiais.

O prazo para cumprimento dessa determinação foi de 20 dias, sob pena de multa no valor de R\$ 1 mil por dia.

Horários - A TCI também terá de cumprir imediatamente os horários e itinerários informados à Justiça sob pena de multa

no valor de R\$ 1 mil para cada itinerário e descumprimento de horários a penalidade é multa de R\$ 100,00 por vez.

“A executada, ratificando os termos do TAC, compromete-se a afixar no interior e na parte externa do veículo o itinerário a ser seguido (rota), bem assim a informação quanto a gratuidade do transporte de idosos. O prazo é de 15 dias e a multa para o caso de descumprimento da medida é R\$ de 5 mil para cada veículo encontrado sem a placa ou cartaz, contendo a informação citada”, diz um trecho da Ata da Audiência.

A empresa também se com-

Mais

Denúncias

A medida adotada pela Justiça foi o desfecho de uma série de denúncias feitas pela comunidade desde o início do ano. Em junho passado, os vereadores chegaram a promover uma audiência em que diretores da empresa se comprometeram a cumprir várias reivindicações dos usuários do transporte coletivo de João Lisboa, como é o caso da substituição da frota de ônibus por veículos novos e a contratação de motoristas e cobradores locais.

Cumprimento

Diante da falta de cumprimento das promessas, as reclamações de usuários do serviço de transporte foram intensificadas nos últimos dias até que o Ministério Público Estadual (MP) interveio. Foi descoberto que havia um Termo de Ajustamento de Conduta que também não vinha sendo cumprido.

prometeu perante a Justiça a manter todos os seus veículos usados no transporte de passageiros com regularidade fiscal e tributária, além de perfeito estado de conservação, higiene e equipamentos de segurança exigidos pela legislação. O prazo para isso foi de 10 dias e a multa para o caso de descumprimento é de R\$ 2 mil para cada carro que não atenda à obrigação.

A TCI também terá de enviar em 30 dias à Justiça de João Lisboa documentos que comprovem a regularidade na autorização para a exploração do transporte urbano e semiurbano, bem como cumprir aos termos dessa respectiva autorização. Caso não cumpra, a multa é de R\$ 500,000 por cada dia de descumprimento.

Também é compromisso da concessionária afixar cartazes com informações sobre os pontos iniciais e finais das linhas e sobre a gratuidade da passagem ao idoso. A multa para descumprimento é de R\$ 1 mil.

Mapa - Pelo documento, a TCI também ficou obrigada e se comprometeu a enviar ao juiz o mapa contendo as reclamações re-

cebidas e as providências tomadas para a solução dos problemas. A multa por este item não cumprido é de R\$ 1 mil.

A substituição de todos os micro-ônibus atualmente utilizados no transporte de passageiros por ônibus convencionais de duas portas dotados de motorista e cobrador.

Com isso, a utilização de micro-ônibus ficará restrita apenas no horário das 9h às 11h e das 14h30 às 16h30. Atualmente, 13 micro-ônibus são utilizados na linha Imperatriz/João Lisboa que serão substituídos por 10 ônibus convencionais de duas portas com motorista e cobrador. Haverá punição para veículos tipo micro-ônibus que rodarem fora do horário especificado.

A empresa tem 30 dias para cumprir essa determinação sob pena de multa de R\$ 2 mil para cada micro-ônibus que trafegar fora do horário. Na ata de audiência judicial consta ainda que a empresa terá a obrigação de adotar outras medidas para garantir que seus motoristas parem para o ingresso de idosos.

Outro pedido é o funcionamento regular das sirenes dos ôni-

bus pelos passageiros quando estes quiserem descer e ainda o de avisar a população de João Lisboa sobre essas medidas nos meios de comunicação do município.

A multa para descumprimento da parada a idosos é de R\$ 100,00 para cada caso; sobre o funcionamento das sirenes R\$ 100,00, ambas com 10 dias de prazo.

Apresentação - O documento foi formulado pela Justiça e MP no dia 7 de novembro e no dia 26 a empresa ficou de participar de nova audiência onde apresentaria proposta de pagamento de indenização no valor de R\$ 500 mil por meio da construção de paradas de ônibus em benefício da comunidade.

Depois da formalização do documento, o promotor de Justiça Tarcísio José de Sousa Bonfim enviou cópia da decisão à presidente da Câmara Municipal de João Lisboa, Sônia Mota, para fins de conhecimento e fiscalização. O documento foi lido no plenário da Câmara e discutido pelos vereadores que prometeram fiscalizar com rigor o seu cumprimento.

Câmara aprova tarifa de moto-táxi em Imperatriz

IMPERATRIZ – A Câmara Municipal de Imperatriz aprovou, no dia 28, o Projeto de Lei (PL) nº 028/2012, de autoria do Poder Executivo, que regulamenta o valor da tarifa pública para o serviço de moto-táxi em Imperatriz. A controvérsia criada por alguns mototaxistas de Imperatriz sobre cobrança de corridas, principalmente para os bairros mais afastados do Centro, vai acabar.

O presidente em exercício da Câmara Municipal, vereador Alberto Sousa (PP), disse que o serviço de transporte coletivo de passageiros prestado atualmente pelas empresas concessionárias das linhas de ônibus deixou nestes últimos anos a desejar, fato que culminou na abertura de espaços para a exploração dos serviços de táxi, moto-táxi e o transporte clandestino em diversos bairros de Imperatriz.

“O transporte coletivo precisamos melhorá-lo, embora algumas das empresas tenham colocado outdoor dizendo que chegarão 50 novos ônibus para suprir essa deficiência, mas isso nunca aconteceu e estamos vendo ônibus quebrados nas princi-

pais ruas e avenidas de Imperatriz”, disse o parlamentar.

O vereador Joel Gomes (PMN) explicou que, pela proposta, a regulamentação da tarifa pública para o serviço de moto-táxi ficou fixado em R\$ 4,00, compreendendo a área do Centro (Beira-Rio/Entroncamento) e de até R\$ 7,00 para os bairros da periferia de Imperatriz.

Debatido inicialmente entre a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (Setran) e o Sindicato dos Mototaxistas, o PL regulamenta valores para as corridas no Centro e para os bairros da periferia em valores que estão dentro da realidade do trabalhador imperatrizense.

O secretário da Setran, Cabo J. Ribamar, a exemplo dos vereadores, recebeu manifestações de desgosto por parte de pessoas que se sentiam lesadas por mototaxistas que cobravam altos valores nas corridas. Os moradores de bairros mais distantes, segundo o secretário, eram os mais prejudicados. Com a aprovação do projeto e sua consequente divulgação, o secretário acredita que esse problema da

comunidade será sanado.

A tabela com os preços das corridas deverá ser afixada em todos os pontos de moto-táxi e em outros locais públicos para que os usuários tomem conhecimento dos valores. Ao comentar sobre o projeto, o vereador Pastor Luis Gonçalves (PDT) afirmou que o projeto apresenta valores compatíveis com a economia da população.

“Com sua aprovação e consequente divulgação, os usuários do serviço de moto-táxi não serão mais obrigados a pagar a quantia estipulada pelo mototaxista como vinha acontecendo”, disse o parlamentar.

Em única discussão e votação, os vereadores aprovaram os projetos de decreto legislativo nº 062/2012, de autoria do vereador Alberto Sousa, que concede a medalha do Mérito Legislativo a Janise Araújo Matos, e o de nº 063/2012, de autoria do vereador Raimundo Roma, concedendo a medalha do Mérito Legislativo ao repórter cinematográfico Francisco de Assis de Araújo Sousa.

Divulgação



Ônibus intermunicipal deverá ter uma rota previamente elaborada das viagens para João Lisboa

Ativismo

fotografia@mirante.com.br

Divulgação



IMPERATRIZ - A juíza Sara Fernanda Gama, titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na Comarca de Imperatriz mostra a fita que mandou confeccionar e distribuir com os dizeres: 'Quem bate na mulher agride a família inteira'. A iniciativa faz parte das ações dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, campanha que teve início dia 28 de novembro e será encerrada dia 10 deste mês com a entrega da medalha Padre Josimo, pelo Centro de Direitos Humanos de Imperatriz.

O nó na lista

Difícilmente a seccional da OABmaranhense terá condições de formalizar a lista sêxtupla de advogados que vão disputar a vaga de desembargador no Tribunal de Justiça, pelo quinto constitucional. Como a Justiça Federal do Maranhão sustou os trabalhos nesse sentido em mandado de segurança do advogado Samir Murad, resta, agora, uma posição do Tribunal Regional Federal em Agravo de Instrumento da OAB.

Parcerias

TJMA e Secretaria de Reforma do Judiciário podem firmar parcerias

O desembargador Antonio Bayma Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e o secretário Nacional de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, conversaram na última sexta-feira (30), em Recife, sobre assuntos de interesse da Justiça estadual, durante o 94º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. O entendimento abre possibilidade a futuras parcerias e convênios entre o TJMA e o órgão do Ministério da Justiça.

Bayma Araújo foi à capital pernambucana a convite do presidente do tribunal maranhense, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, a quem representou no encontro.

O secretário informou haver hoje 90 milhões de processos em tramitação no país. Ele defende que deva ir ao Judiciário apenas o que é do Judiciário, prega mudanças na cultura de excesso de litígios e anuncia para o dia 12 deste mês a instalação da Escola Nacional de Mediação

e Conciliação. A escola vai oferecer cursos presenciais e à distância a público estimado em 30 mil pessoas.

Flávio Caetano anunciou a abertura de linha de financiamento do BNDES para atender os tribunais estaduais. Com montante estimado entre R\$ 1,5 e R\$ 2 bilhões, os recursos serão aplicados no processo eletrônico em comarcas, núcleos de mediação e conciliação (o Maranhão possui seis, quatro deles em São Luís) e instalação de varas especiais.

O corregedor Nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, levou a Recife números de pesquisa recente da FGV sobre a atuação do Judiciário nacional: segundo o levantamento, o brasileiro deposita 42% de confiança na Justiça, enquanto 91% dos entrevistados consideram o Judiciário moroso. Falcão revelou crescimento e preocupação com a litigiosidade e a taxa de congestionamento de processos no país, e defendeu o afastamento dos maus magistrados.

Corregedor inspeciona comarca de São Pedro da Água Branca

Nesta segunda-feira (3), o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Carvalho Cunha, inspecionou a comarca de São Pedro da Água Branca, que fica a 160 km de Imperatriz, já na divisa com o estado do Pará. Lá, reuniu-se com o juiz titular da comarca, Celso Serafim Júnior, e com servidores.

Além de conversar com o juiz sobre as atividades judiciais da comarca, o corregedor avaliou o prédio e ouviu sobre os principais problemas enfrentados na comarca. “O prédio do fórum é satisfatório. Aqui não são os problemas físicos enfrentados, mas a falta de um promotor e um defensor público. Isso realmente é um problema em São Pedro da Água Branca”, assinalou o Des.

Cleones Cunha. De acordo com as informações repassadas pelo juiz Celso Serafim, apenas há promotor na comarca uma vez por semana, assim como defensor público.

Diante do problema, o corregedor Cleones Cunha se comprometeu em oficiar ao Ministério Público e à Defensoria Pública Estadual solicitando providências acerca desta situação da comarca de São Pedro da Água Branca. “Tenho certeza que o Ministério Público e a Defensoria Pública tomarão as providências necessárias”, ressaltou o corregedor-geral.

Durante a visita, o Des. Cleones Cunha participou, juntamente com o juiz Celso Serafim e servidores da comarca, de um almoço de confraternização.

Estado deve arcar com implante de prótese em portadora de doença cardíaca

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) manteve decisão liminar de primeira instância, que determinou ao Estado o fornecimento de duas próteses internas, conhecidas como *stent*, a uma aposentada de São Luís, portadora de doença cardíaca.

A aposentada argumentou que não teria condições de arcar com o custo da prótese, avaliada em cerca de R\$ 12 mil. A decisão liminar da Justiça de 1º grau fixou multa diária de R\$ 1 mil, em caso de descumprimento da determinação.

Os desembargadores Raimundo Barros (relator), Marcelo Carvalho Silva e Vicente de Paula Castro negaram provimento ao recurso do Estado, nesta segunda-feira (3), de acordo com parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

Na ação cautelar original, o Ministério Público alegou que a aposentada está em estado grave de saúde, incapacitada de exercer qualquer atividade, em razão de encontrar-se na iminência de sofrer um infarto.

A liminar deferida em primeira instância determinou ao Estado que providenciasse o procedimento cirúrgico no prazo de 72 horas. Em caso de não existir vaga em unidade hospitalar da rede pública, que custeasse as despesas em hospital da rede privada, conveniado ao SUS.

Por fim, em caso de inviabilidade por superlotação, que arcasse com as despesas – inclusive transporte da paciente, em qualquer clínica, conveniada ou não ao SUS – sob pena de multa.

A decisão liminar diz que o direito público subjetivo à saúde

representa prerrogativa jurídica assegurada pela Constituição Federal e que as indicações médicas constantes no processo demonstram haver necessidade do tratamento.

Dentre os argumentos apresentados, o Estado alegou que o *stent* não faz parte da relação de remédios oferecidos pelo SUS e que a saúde não se constitui em direito subjetivo individual de cada pessoa.

Angioplastia – O *stent* é uma prótese expansível implantada por meio do procedimento conhecido como angioplastia, usando-se um cateter, para prevenir ou impedir a constrição do fluxo sanguíneo nas artérias. Em termos populares, a angioplastia é feita para a abertura de um entupimento de uma artéria. O *stent* serve para manter as paredes do vaso afastadas entre si.

TJ-MA e Secretaria de Reforma do Judiciário podem firmar parcerias

O desembargador Bayma Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), e o secretário Nacional de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, conversaram esta semana, em Recife, sobre assuntos de interesse da Justiça estadual, durante o 94º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

O entendimento abre possibilidade a futuras parcerias e convênios entre o TJ-MA e o

órgão do Ministério da Justiça.

Bayma Araújo foi à capital pernambucana a convite do presidente do tribunal maranhense, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, a quem representou no encontro.

A reunião – a última do colégio este ano – recebeu outros convidados de destaque: o corregedor Nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, e o escritor pernambucano Ariano Suassuna, autor do premiado “O Auto da Compadecida”.



Bayma Araújo e Flávio Caetano conversam sobre assuntos do interesse do Judiciário maranhense

Excelência

Um trio de desembargadores maranhenses vai atravessar o Atlântico para receber uma comenda em Portugal. Cleones Cunha, corregedor-geral, Antônio Guerreiro Júnior e Jamil de Miranda Gedeon Neto, atual e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, recebem Diploma de Excelência Jurídica Internacional conferido pela Associação de Juristas da América do Sul, Europa e África, durante o X Encontro Internacional de Juristas, em Lisboa, de 15 a 18 de janeiro.

Mais defensores públicos

A gestão do desembargador Antônio Guerreiro Júnior no TJ se destaca também pela valorização dos servidores da Justiça e já antecipou para este sábado o pagamento dos 50% restantes do 13º salário. Os outros 50% foram pagos no dia 1º de junho. Tanto é verdade que, segundo noticiou, ontem, o **Jornal Pequeno**, os vencimentos dos servidores estão sendo disponibilizados sempre na penúltima semana do mês, desde janeiro deste ano.

Entretanto, ao solicitar da governadora Roseana Sarney a realização de concurso para provimento de cargos de defensor público, o Tribunal de Justiça dá uma resposta positiva a um dos mais graves problemas da população maranhense: o acesso à Justiça. Sabemos que a assistência jurídica integral e gratuita está garantida na Constituição Federal e que deve ser fornecida à população por meio da Defensoria Pública. A realidade do Maranhão, como, de resto, de muitos outros estados, não permite, no entanto, o cumprimento do disposto na carta constitucional. É bom saber que além da orientação

jurídica estão a cargo da Defensoria Pública a divulgação de informações sobre direitos e deveres, prevenção da violência, patrocínio de causas perante o juízo de primeiro grau e instâncias superiores, inclusive o Supremo Tribunal Federal.

Começa que a Defensoria é um fato muito recente do Maranhão, foi instituída e instalada somente em 2001. O Estado só dispõe de um defensor público na ativa para cada grupo de 119.802 habitantes. A defasagem é gritante e o defensor público geral, Aldy Mello de Araújo, pediu apoio do Poder Judiciário, junto ao Executivo e ao Legislativo, para provimento de novos cargos de defensores públicos no Maranhão. O desembargador Antônio Guerreiro Júnior atendeu ao apelo do defensor público geral e encaminhou a solicitação à governadora Roseana Sarney. Nada mais justo, quando se trata de fazer justiça ao cidadão em “situação de vulnerabilidade econômica”, conforme as palavras do defensor Aldy Mello de Araújo.

(JM Cunha Santos)

***Concurso vai
suprir falta
de juízes no
Maranhão***

PÁGINA 5

CONCURSO VAI SUPRIR FALTA DE JUÍZES NO MARANHÃO

O déficit de magistrados na Justiça estadual de 1º grau maranhense é de 60 juízes de Direito, diz o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, com base no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (LC Nº 014/1991). O código recomenda, para as comarcas de pequeno e médio porte, um juiz de direito substituto de entrada inicial para cada grupo de quatro juízes titulares.

Segundo a Divisão de Pessoal da Corregedoria Geral da Justiça, 267 juízes estão em atividade nas comarcas atualmente. Desses, 239 são titulares e 28 auxiliares na capital. Seguindo a regra do Código, seriam necessários mais 60 juízes substitutos para suprir a demanda nas comarcas de entrada inicial e intermediárias.

A distribuição dos magistrados nas comarcas, hoje, contempla 64 juízes na entrada inicial, 111 na entrada intermediária e 92 na entrada final

(São Luís). “Esse número é insuficiente para atender às 112 comarcas em funcionamento”, avalia o presidente Guerreiro Júnior.

A situação é mais grave no interior, onde não há substitutos para cobrir a falta ou afastamento dos titulares. Segundo a direção-geral do tribunal, 10 comarcas estão sem juiz titular: Cândido Mendes, Paulo Ramos, Santa Quitéria, Senador La Rocque, Bacuri, Pio 12, Barreirinhas, São Francisco do Maranhão e Morros. Também há vagas na 2ª Vara de Caxias e em cinco cargos de juiz auxiliar da capital.

Para resolver a carência de magistrados, o TJ-MA vai realizar concurso para ingresso na carreira da magistratura de 1º grau, abrindo 31 vagas.

Guerreiro Júnior afirma que as 31 vagas ainda não atendem a contento à necessidade da demanda processual, sempre em alta do Judiciário, mas vão contribuir para a qualidade e efe-

tividade dos serviços judiciais que a sociedade exige. “O Judiciário está atrelado a questões orçamentárias. Caso tenhamos alguma folga financeira em 2013, irei autorizar mais um concurso para juízes, no próximo ano”, adianta.

Conforme levantamento da Comissão de Concurso do Tribunal, o último concurso público realizado pelo Judiciário maranhense aconteceu em 2008, com 31 vagas, quando foram nomeados 56 candidatos. Desses, três pediram exoneração e dois ainda não assumiram o cargo por pendência judicial.

Há falta de juízes para assumir funções em diversas localidades. A ausência aumenta a carga de trabalho dos magistrados em atividade e obriga que respondam por várias comarcas, em situações de impedimento legal do titular – férias, licenças médicas ou afastamento.

Na região metropolitana da capital, 11 unidades aguardam

funcionamento devido à falta de juízes. Em São Luís, já estão criadas e aguardam instalação a 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª varas cíveis; a Vara de Interesses Difusos e Coletivos, e o 14º Juizado Cível. Em Ribamar – a terceira maior cidade em população –, as 1ª e 2ª varas criminais.

Concurso – Para reforçar a estrutura dos serviços judiciais e melhor distribuir o volume de processos, o TJ-MA anunciou a instalação das novas unidades de São Luís e Ribamar, com sua respectiva estrutura de pessoal. O colegiado do Tribunal autorizou, em setembro, a instalação da 4ª Vara das comarcas de Balsas e Santa Inês e a 2ª Vara de Maracáçumé.

Atualmente, 15 comarcas criadas pela Lei Complementar nº 87/2005 com instalação autorizada pelo TJ-MA aguardam as condições de pessoal e estrutura estabelecidas pelo Judiciário nacional para implantação. *(Assom do TJ-MA)*

Pauta zerada

Diante do sucesso, o desembargador Cleones Cunha reuniu-se com os juízes participantes do projeto “Pauta Zero” das Turmas Sucursais do Fórum do Calhau de 26 a 30 de novembro. Na pauta, a confirmação da aprovação das Turmas Recursais Regionais que dependem apenas da sanção da lei que cria os cargos necessários ao funcionamento pleno.

04/12/2012 - JORNAL PEQUENO

1º CADERNO - ATOS, FATOS E BARATOS - ABRAÇO DO DIA - PAG.: 2

POSITIVA - CM.: 9 (3 x 3 col)

ABRAÇO DO DIA - O NOSSO ABRAÇO DESTA (...)

ABRAÇO DO DIA

O nosso abraço desta terça-feira vai para o juiz Néelson Melo de Moraes Rego, que foi eleito o representante do fórum para a região Nordeste, durante o IV Fonavid, realizado em Porto Velho-Ro, o representante do fórum para a região Nordeste. O Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica aconteceu no período de 7 a 9 de novembro, e teve como tema "Lei Maria da Penha – Reflexões em Busca de Soluções". Néelson Moraes Rego é titular da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, da capital.

Varas do Júri de São Luís realizam 101 julgamentos em outubro e novembro

Para dezembro, 53 sessões já estão agendadas na capital maranhense

Com vistas a agilizar o julgamento de ações penais de crimes contra a vida ajuizadas antes de 2008 e, assim, cumprir até este mês de dezembro, a Meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), proposta pelo Conselho Nacional de Justiça, as quatro Varas do Tribunal do Júri da capital estão participando de um esforço concentrado – Pautas Paralelas, desde o mês de outubro.

Durante os meses de outubro e novembro, as quatro Varas do Tribunal do Júri, que ficam no Fórum Des. Sarney Costa, realizaram 101 sessões. A 1ª Vara, 36; a 2ª Vara, 10, a 3ª Vara, 20; e a 4ª Vara, 35 julgamentos.

Na última sexta-feira (30), o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, visitou todas as sessões do Tribunal do Júri que estavam ocorrendo no fórum de São Luís. “Fico muitíssimo satisfeito com o trabalho que os juízes da capital, e os das comarcas do interior do estado também, têm feito. Estão todos de parabéns. Nunca tivemos tantos júris sendo realizados na Justiça maranhense como agora. Nós incentivamos e apoiamos a realização do maior número de júris possível”, declarou o corregedor.

Dezembro – A 4ª Vara do Júri, que tem como titular o magistrado José de Ribamar Goulart Heluy Júnior, já agendou mais 21 sessões até o dia 19 de dezembro, último dia útil de trabalho antes do recesso forense, para cumprir a Meta 4. Todas serão realizadas simultaneamente em auditórios do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.



Corregedor visita sessão do Tribunal do Júri no fórum de São Luís

O magistrado está confiante no resultado do Pautas Paralelas. “Esse esforço concentrado vai desafogar bastante as Varas do Tribunal do Júri. Acredito plenamente no sucesso do projeto”, destacou José de Ribamar Heluy Júnior. E comemorou: “Já estamos bem perto de alcançar as metas estabelecidas e os prazos estipulados pelo CNJ”.

Todas as quatro Varas do Tribunal do Júri já agendaram pautas até dezembro. A 1ª Vara já marcou 15 júris para ocorrerem no fórum e no Salão do Júri do Uniceuma (Renascença); a 2ª Vara terá seis sessões a serem realizadas no fórum; a 3ª Vara, 11, também no fórum; e a 4ª Vara, 21 julgamentos no fórum. Além das sessões referentes à Meta

4 das Enasp, as unidades também designaram outros júris de pautas ordinárias.

Os magistrados titulares das unidades – Ariane Mendes Castro Pinheiro (1ª), Gilberto de Moura Lima (2ª), Kátia Coelho de Sousa Dias (3ª) e José Ribamar Goulart Heluy Júnior (4ª) –, para obterem total sucesso no trabalho, contam com o apoio constante da Corregedoria Geral da Justiça, que disponibilizou os seguintes juízes auxiliares para realizarem os julgamentos simultâneos: Márcio Castro Brandão, Manoel Matos de Araújo Chaves, José dos Santos Costa, Alexandra Ferraz, José de Ribamar D'Oliveira Costa Júnior e Patrícia Marques Barbosa.

Metas do CNJ – A Meta 3 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) prevê que, até 31 de dezembro, tenham sido proferidas sentenças de pronúncia em todas as ações penais por crimes de homicídio doloso ajuizadas até 31 de dezembro de 2008.

Na sentença de pronúncia, o juiz admite a existência de indícios de crime doloso contra a vida e, em razão disso, decide que o caso deverá ir a júri popular.

A Meta 4, por sua vez, estipula o prazo acima mencionado para o julgamento de todas as ações penais contra crimes de homicídio doloso distribuídas até 31 de dezembro de 2007.